

ANC X ANC

Constituição 88

Discurso de Ulysses é o impacto do dia

Deputado usa a retórica de candidato

Foi um discurso de candidato à Presidência e de uma figura-símbolo da Constituinte, disposta a assumir esse papel diante da História. Esta foi a interpretação generalizada entre parlamentares de diferentes partidos em relação ao pronunciamento do deputado Ulysses Guimarães, que também foi alvo de palavras de ironias e de reparos.

O virtual candidato do PSDB à Presidência da República, senador Mário Covas, disse que, "como sempre", Ulysses utilizou uma retórica "irretorquível, mas talvez tenha exagerado no uso da primeira pessoa". Covas reconheceu que foi um discurso "digno de quem presidiu a Constituinte", mas fez questão de registrar que o "principal personagem" da elaboração do novo texto constitucional "foi o povo que lutou, durante 20 anos, pela convocação da Assembleia, que em 86 elegeu seus representantes e que participou da elaboração da Carta, apresentando mais de uma centena de propostas".

"Espirros"

O presidente do PSDB, senador José Richa, comentou que o discurso foi "politicamente bom para Ulysses, podendo ter consolidado sua situação junto ao PMDB e a setores que estão dispostos a apoiar sua candidatura à Presidência". E concluiu: "Eleitoralmente, não sei os resultados, porque o povo não se comove mais apenas com palavras".

O presidente do PC do B, João Amazonas, também ironizou: "Fiquei tão comovido que tive uma crise de espirros. O problema dele (de Ulysses) é sua capacidade de jogar areia nos olhos dos outros".

O candidato virtual do PDS à Presidência da República, senador Jarbas Passarinho, lembrou que em outras ocasiões chegou a elogiar a "moderação" de Ulysses, mas declarou-se surpreso com o tom utilizado no discurso de ontem, "como a referência a coisas que já deveriam ter sido superadas pela anistia, que significa esquecimento". (Uma alusão do senador pedesista à homenagem que Ulysses fez ao ex-deputado Rubens Paiva).

Acredita Passarinho que Ulysses assumiu o tom que ele considerou "agressivo" como forma de credenciar-se em algumas áreas como candidato à Presidência da República.



Com o plenário e as galerias lotados, Ulysses relembrou os 24 anos da luta democrática

Festa da promulgação teve emocionados e constrangidos

A oitava Constituição brasileira está em vigor desde às 15h50 de ontem. Em um tom emocionado, o deputado Ulysses Guimarães declarou "que está promulgado o documento da liberdade, da dignidade, da democracia e da justiça social". Ao seu lado, o presidente José Sarney, visivelmente constrangido, jurou, nervoso, com as mãos trêmulas, o novo texto constitucional.

tuante e, agora, o primeiro a desrespeitá-la".

Além disso, Sarney recebeu críticas indiretas nos discursos do senador Afonso Arinos (PSDB-RJ) e do deputado Ulysses Guimarães. Arinos afirmou que foi Tancredo Neves, após a eleição do Colégio Eleitoral, que convocou uma Comissão para elaborar o anteprojeto constitucional. "O presidente Sarney manteve a convocação", afirmou o senador. Ulysses, com muita habilidade, disse que a Constituição é o símbolo da "governabilidade", acrescentado que a Assembleia "suportou a ira perigosa e mercenária dos que se atreveram a aviltar os legisladores".

Brilho

Apesar das restrições de algumas lideranças à presença do presidente Sarney, a festa não esperada de Ulysses Guimarães não perdeu o brilho. Ulysses quebrou o protocolo para anunciar que a caneta que utilizaria para assinar os cinco exemplares originais do texto constitucional foi a presenteada pelos funcionários da Câmara. Depois de ouvir atentamente aos discursos de Afonso Arinos e do presidente da

Assembleia de Portugal, Victor Crespo, o plenário chegou a ovacionar o discurso do deputado Ulysses Guimarães. As 17h10, quando foi anunciado o fim dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, parlamentares de direita, centro e esquerda esqueceram as divergências ideológicas e comeram, acenando com o exemplar histórico da nova Constituição.

Juramento

Depois que o deputado Ulysses Guimarães anunciou a promulgação da Constituição, os parlamentares juraram o novo texto, de acordo com o estabelecido nas Disposições Transitórias: "Prometo manter, defender, cumprir a Constituição. Observar as leis, promover o bem geral e o povo brasileiro. Sustentar a União e a integridade e a independência do Brasil".

Em seguida, o juramento foi feito pelo presidente José Sarney, que o leu com a mão trêmula. Antes de passar a palavra ao presidente do STF, ministro Rafael Mayer, Ulysses lembrou que essa seria a primeira vez que o titular do Judiciário prestaria juramento à Constituição.

punê tomba nas mãos dos demagogos, que a pretexto de salvá-la, a tiranizam. Não roubar, não deixar roubar, pôr na cadeia quem roube, eis o primeiro mandamento da moral pública".

Foi, também, o discurso do candidato à Presidência da República. Da pregação contra a corrupção, à confissão poética de, como político, ser "um caçador de nuvens". E principalmente nos slogans lançados que pautarão sua campanha rumo ao Planalto. Em sua avaliação, a Constituição não encerra as mudanças; ao contrário, as inicia: "A Constituição pretende ser a voz, a letra, a vontade política da sociedade rumo à mudança. A Nação quer mudar. A Nação deve mudar. A Nação vai mudar. Muda Brasil!".

Ele exigiu ainda o cumprimento da nova Constituição: "Quanto a ela, discordar, sim. Divergir, sim. Descumprir, jamais. Afrontá-la, nunca. Traidor da Constituição é traidor da Pátria. Conhecemos o caminho maldito: rasgar a Constituição, trancar as portas do Parlamento, garrotear a liberdade, mandar os patriotas para a cadeia, o exílio, o cemitério. A persistência da Constituição é a sobrevivência da Democracia".

Na defesa das conquistas sociais da Constituição, Ulysses atacou, também, o poder econômico: "A Assembleia Nacional Constituinte rompeu contra o establishment, investiu contra a inércia, desafiou tabus. Não ouviu o refrão saudosista do velho do Restelo, no genial canto de Camões. Suportou a ira e perigosa campanha mercenária dos que se atreveram a tentativa de aviltar legisladores em guardas de suas burras abarrotadas com o ouro de seus privilégios e especulações".

Corrupção

Ele destacou os mecanismos de participação direta e de fiscalização, inclusive da corrupção, que a nova Constituição assegura aos cidadãos. E acrescentou: "A moral é o cerne da Pátria. A corrupção im-

Fala lembra o antigo MDB

Na largada de sua campanha em direção à Presidência da República, o deputado Ulysses Guimarães reencontrou-se, ontem, com as bandeiras e o discurso do antigo MDB. Recebeu aplausos entusiásticos da esquerda do plenário e tímidos da direita. As palavras de ordem do MDB — democracia, justiça social e combate à corrupção — fluíram através de frases curtas e de efeito. A desvinculação de sua campanha do Planalto, que provocou polêmicas nas últimas semanas, foi evidente: bastava olhar para a Mesa, onde o constrangimento do presidente José Sarney não era sequer dissimulado.

Numa sessão solene, programada com rigor e protocolo, que prometia ser monótona, Ulysses conseguiu contagiar os parlamentares com sua vibração, aproveitando a transmissão, através de ca-

deia nacional de rádio e televisão, de seu discurso. Amanhã, em Goiânia, ele espera participar do segundo ato de sua arrancada para o Planalto: o PMDB goiano pretende promover o maior comício da atual campanha eleitoral.

O pronunciamento de Ulysses impressionou a todos — dos adversários aos aliados —, que, sem exceção identificaram nele o discurso do candidato. O governador Pedro Simon, do Rio Grande do Sul, elogiou a harmonia entre a fala do candidato e o tom e conteúdo do estadista. O deputado Fernando Lyra, coordenador da campanha do ex-governador Leonal Brizola, não teve dúvida: "Foi o discurso do candidato, do candidato natural do PMDB ao Planalto". Para os ulyssistas, ele conseguiu, sem ser agressivo, diferenciar-se do Governo.

"A persistência da Constituição é a sobrevivência da Democracia. Discordar, sim. Divergir, sim. Descumprir, jamais"

Dois de fevereiro de 1987: "Ecoam nesta sala as reivindicações das ruas. A Nação quer mudar, a Nação deve mudar, a Nação vai mudar". São palavras constantes do discurso de posse como Presidente da Assembleia Nacional Constituinte.

Hoje, 5 de outubro de 1988, no que tange à Constituição, a Nação mudou. A Constituição mudou na sua elaboração, mudou na definição dos Poderes, mudou restaurando a Federação, mudou quando quer mudar o homem em cidadão e só é cidadão quem ganha justo e suficiente salário, lê e escreve, mora, tem hospital e remédio, lazer quando descansa.

Num País de 30.401.000 analfabetos, afrontosos 25% da população, cabe advertir: a cidadania começa com o alfabeto.

Chegamos! Esperamos a Constituição como o vigia espera a aurora. Bem-aventurados os que chegam. Não nos desencaminhamos na longa marcha, não nos desmoralizamos capitulando ante pressões aliciadoras e comprometedoras, não desertamos, não caímos no caminho. Alguns a fatalidade derrubou: Virgílio Távora, Alair Ferreira, Fábio Lucena, Antonio Farias e Norberto Schwantes. Pronunciados seus nomes queridos com saudades e orgulho: cumpriram com o seu dever.

A Nação nos mandou executar um serviço. Nós o fizemos com amor, aplicação e sem medo.

A Constituição certamente não é perfeita. Ela própria o confessa, ao admitir a reforma.

Quanto a ela, discordar, sim. Divergir, sim. Descumprir jamais. Afrontá-la, nunca. Traidor da Constituição é traidor da Pátria. Conhecemos o caminho maldito: rasgar a Constituição, trancar as portas do Parlamento, garrotear a liberdade, mandar os patriotas para a cadeia, o exílio, o cemitério.

A persistência da Constituição é a sobrevivência da Democracia.

Quando, após tantos anos de lutas e sacrifícios promulgamos o Estatuto do Homem, da Liberdade e da Democracia, bradamos por imposição de sua honra: temos ódio à ditadura. Ódio e nojo. Amaldiçoamos a tirania onde quer que ela desgraça homens e nações principalmente na América Latina.

Assinalarei algumas marcas da Constituição que passará a comandar esta grande Nação.

A primeira é a coragem. A coragem é a matéria-prima da civilização. Sem ela o dever e as instituições perecem. Sem a coragem as demais virtudes sucumbem na hora do perigo. Sem ela não haveria a cruz nem os evangelhos.

A Assembleia Nacional Constituinte rompeu contra o establishment, investiu contra a inércia, desafiou tabus. Não ouviu o refrão saudosista do velho do Restelo, no genial canto de Camões. Suportou a ira e perigosa campanha mercenária dos que se atreveram a tentativa de aviltar legisladores em guardas de suas burras abarrotadas com o ouro de seus privilégios e especulações.

Foi de audácia inovadora a arquitetura da Constituinte, recusando anteprojeto forâneo ou de elaboração interna.

O enorme esforço é dimensionado pelas 61.020 emendas, além de 122 emendas populares, algumas com mais de um milhão de assinaturas, que foram apresentadas, publicadas, distri-

buidas, relatadas e votadas no longo trajeto das Subcomissões à Redação Final.

A participação foi também pela presença, pois diariamente cerca de dez mil postulantes franquearam, livremente, as onze entradas do enorme complexo arquitetônico do Parlamento, na procura dos gabinetes, Comissões, galeria e salões.

Há, portanto, representativo e oxigenado sopro de gente, de rua, de praça, de favela, de fábrica, de trabalhadores, de cozinheiras, de menores carentes, de índios, de posseiros, de empresários, de estudantes, de aposentados, de servidores civis e militares, atestando a contemporaneidade e autenticidade social do texto que ora passa a vigorar. Como o caramujo, guardará para sempre o brando das ondas de sofrimento, esperança e reivindicações de onde proveio.

A Constituição é caracteristicamente o estatuto do homem. É sua marca de fábrica.

O inimigo mortal do homem é a miséria. Não há pior discriminação do que a miséria. O Estado de Direito, consorte da igualdade, não pode conviver com estado de miséria. Mais miserável do que os miseráveis é a sociedade que não acaba com a miséria.

Tipograficamente é hierarquizada a precedência e a preeminência do homem, colocando-o no umbral da Constituição e catalogando-lhe o número não superado, só no artigo 5º, de 77 incisos e 104 dispositivos.

"A sociedade, mobilizada nos comícios pelas diretas-já, derrotou o Estado usurpante"

Não lhe bastou, porém, defendê-lo contra os abusos originários do Estado e de outras procedências. Introduziu o homem no Estado, fazendo-o credor de direitos e serviços, cobráveis inclusive com o mandato de injunção.

Tem substância popular e cristã o título que a consagra: "A Constituição Cidadã".

Vivenciados e originários dos Estados e Municípios, os Constituintes haveriam de ser fiéis à Federação. Exemplarmente o foram.

No Brasil, desde o Império, o Estado ultraja a geografia. Espantoso despatório: o Estado contra o País, quando o País é a geografia, a base física da Nação, portanto, do Estado.

Elementar: não existe Estado sem País nem País sem a geografia. Esta antinomia é fator de nosso atraso e de muitos de nossos problemas, pois somos um arquipélago social, econômico, ambiental e de costumes, não uma ilha.

A civilização e a grandeza do Brasil percorreram rotas centrifugas e não centrípetas.

Os bandeirantes não ficaram arranhando o litoral como caranguejos, na imagem pitoresca, mas exata, de Frei Vicente do Salvador. Cavalgaram os rios e marcharam para o oeste e para a História, na conquista de um continente.

Foi também indômita vocação fede-

rativa que inspirou o gênio de Juscelino Kubitschek, que plantou Brasília longe do mar, no coração do sertão, como a capital da interiorização e da integração.

A Federação é a unidade na desigualdade, é a coesão pela autonomia das Províncias. Comprimitas pelo centralismo, há o perigo de serem empurradas para a secessão.

É a irmandade entre as regiões. Para que não se rompa o elo, as mais prósperas devem colaborar com as menos desenvolvidas. Enquanto houver Norte e Nordeste fracos, não haverá na União estado forte, pois fraco é o Brasil.

As necessidades básicas do homem estão nos Estados e nos Municípios. Nelas deve estar o dinheiro para atendê-las.

A Federação é a governabilidade. A governabilidade da Nação passa pela governabilidade dos Estados e dos Municípios. O desgoverno, filho da penúria de recursos, acende a ira popular, que invade os paços municipais, arranca as grades dos palácios e acabará chegando à rampa do Palácio do Planalto.

A Constituição reabilitou a Federação ao alocar recursos ponderáveis às unidades regionais e locais, bem como a arbitrar competência tributária para lastrear-lhes a independência financeira.

Democracia é a vontade da lei, que é plural e igual para todos, e não a do príncipe, que é unipessoal e desigual para os favorecimentos e os privilégios.

Se a Democracia é o governo da lei, não só a elaborá-la, mas também para cumpri-la, são Governo o Executivo e o Legislativo.

O Legislativo brasileiro investiu-se das competências dos parlamentos contemporâneos.

É axiômático que muitos tem maior probabilidade de acertar do que um só. O Governo associativo e gregário é mais apto do que o solitário. Eis outro imperativo de governabilidade: a coparticipação e a corresponsabilidade.

Cabe a indagação: instituiu-se no Brasil o tricameralismo ou fortaleceu o unicameralismo, com as numerosas e fundamentais atribuições cometidas ao Congresso Nacional? A resposta virá pela boca do tempo. Faço votos para que essa régência trina prove bem.

Nós, os legisladores, ampliamos nossos deveres. Teremos de honrá-los. A Nação repudia a preguiça, a negligência, a inépcia. Soma-se à nossa atividade ordinária, bastante dilatada, a edição de 56 leis complementares e 314 ordinárias. Não esqueçamos que, na ausência de lei complementar, os cidadãos poderão ter o provimento suplementar pelo Mandado de Injunção.

A confiabilidade do Congresso Nacional permite que repita, pois tem pertinência, o slogan: "Vamos votar, vamos votar", que integra o folclore de nossa prática constituinte, reproduzido até em horas de diversão e em programas humorísticos.

Tem significado de diagnóstico a Constituição ter alargado o exercício da Democracia, em participativa além de representativa. E o clarim da soberania popular e direta, tocando no umbral da Constituição, para ordenar o avanço no campo das necessidades sociais.

O povo passou a ter a iniciativa de leis. Mais do que isso, o povo é o super-legislador, habilitado a rejeitar pelo referendo projetos aprovados pelo Parlamento.

A vida pública brasileira será também fiscalizada pelos cidadãos. Do Presidente da República ao Prefeito, do Senador ao Vereador.

A moral é o cerne da Pátria. A corrupção é o cupim da República. Pública suja pela corrupção impune tomba nas mãos de demagogos, que a pretexto de salvá-la, a tiranizam.

Não roubar, não deixar roubar, pôr na cadeia quem roube, eis o primeiro mandamento da moral pública.

Pela Constituição, os cidadãos são poderosos e vigilantes agentes da fiscalização, através do mandato de segurança coletivo; do direito de receber informações dos órgãos públicos; da prerrogativa de petição aos Poderes Públicos, em defesa de direitos contra ilegalidade ou abuso de poder; da obtenção de certidões para defesa de direitos; da ação popular, que pode ser proposta por qualquer cidadão, para anular ato lesivo ao patrimônio público, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico, isento de custas judiciais; da fiscalização das contas dos municípios por parte do contribuinte; podem peticionar, reclamar, representar ou apresentar queixas junto às Comissões das casas do Congresso Nacional; qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato são partes legítimas e poderão denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas da União, do Estado ou do Município. A gratuidade facilita a efetividade dessa fiscalização.

A exposição panorâmica da lei fundamental que hoje passa a reger a Nação permite conceitua-la, sintoticamente, como a Constituição Coragem, a Constituição Cidadã, a Constituição Federativa, a Constituição Representativa e Participativa, a Constituição do Governo Síntese Executivo-Legislativo, a Constituição Fiscalizadora.

Não é a Constituição perfeita. Se fosse perfeita, seria irreformável. Ela própria, com humildade e realismo, admite ser emendada, até por maioria mais acessível, dentro de cinco anos.

Não é a Constituição perfeita, mas será útil, pioneira e desbravadora. Será luz, ainda que de lamparina, na noite dos desgraçados. É caminhando que se abrem os caminhos. Ela vai caminhar e abrir-se. Será redentor o que penetrar nos bolsões sujos, escuros e ignorados da miséria.

Recorde-se, alvissareiramente, que o Brasil é o quinto país a implantar o instituto moderno da seguridade, com a integração de ações relativas à saúde, à previdência, e à assistência social, assim como a universidade dos benefícios para os que contribuíam ou não, além de beneficiar onze milhões de aposentados, espoliados em seus proventos.

E consagrador o testemunho da ONU de que nenhuma outra Carta no mundo tenha dedicado mais espaço ao meio ambiente do que a que vamos promulgar.

Senhor Presidente José Sarney:

"Termo como comecei: a Nação quer mudar; a Nação deve mudar; a Nação vai mudar"

Vossa Excelência cumpriu exemplarmente o compromisso de Tancredo Neves, de Vossa Excelência e da Aliança Democrática ao convocar a Assembleia Nacional Constituinte. A Emenda Constitucional nº 26 teve origem em Mensagem de seu Governo, vinculando Vossa Excelência à efeméride que hoje a Nação celebra.

Nossa homenagem ao Presidente do Senado, Humberto Lucena, atuante na Constituinte pelo seu trabalho, seu talento e pela colaboração fraterna da casa que representa.

Senhor ministro Rafael Mayer, presidente do Supremo Tribunal Federal, Saúdo o Poder Judiciário na pessoa austera e modelar de Vossa Excelência.

O imperativo de "Muda Brasil", de-

"A sociedade foi Rubens Paiva, não os fascinoras que o mataram"

safio de nossa geração, não se processará sem o consequente "Muda Justiça", que se instrumentalizou na Carta Magna com a valiosa contribuição do Poder chefiado por Vossa Excelência.

Registro a homogeneidade e o desempenho admirável e solidário de seus altos deveres, por parte dos dignos membros da Mesa Diretora, condôminos imprescindíveis de minha Presidência.

O relator Bernardo Cabral foi capaz, flexível para o entendimento, mas irremovível nas posições de defesa dos interesses do País. O louvor da Nação aplaudirá sua vida pública.

Os relatores adjuntos, José Fogaca, Konder Reis e Adolfo Oliveira, prestaram colaboração unanimemente enaltecida.

O Brasil agradece pela minha voz a honrosa presença dos prestigiosos dignatários do Poder Legislativo do Continente Americano, de Portugal, da Espanha, de Angola, Moçambique, Guiné Bissau, Príncipe e Cabo Verde.

Os senhores Governadores de Estados e Presidentes das Assembleias Legislativas dão realce singular a esta solenidade histórica.

Os líderes foram o vestibular da Constituinte. Suas reuniões pela manhã e pela madrugada, com autores de emendas e interessados, disciplinaram, agilizaram e qualificaram as decisões do Plenário. Os Anais guardarão seus nomes e sua benemérita fama.

Cumprimento às autoridades civis, eclesásticas e militares, integrados estes com seus chefes na missão, que cumprem com decisão, de prestigiar a estabilidade democrática.

Nossas congratulações à imprensa, ao rádio e à televisão. Viram tudo, ouviram o que quiseram, tiveram acesso desimpedido às dependências e documentos da Constituinte. Nosso reconhecimento tanto pela divulgação como pelas críticas, que documentam a absoluta liberdade de imprensa neste País.

Testemunho a coadjuvação diuturna e esclarecida dos funcionários e assessores, abraçando-os nas pessoas de seus excepcionais chefes, Paulo Afonso Martins de Oliveira e Adelman Sabino. Agora conversemos pela última

vez, companheiras e companheiros Constituintes.

A atuação das mulheres nessa Casa foi de tal teor que, pela edificante força do exemplo, aumentará a representação feminina nas futuras eleições.

Agradeço aos Constituintes a eleição como seu Presidente e agradeço o convívio alegre, civilizado e motivador. Quanto a mim, cumpri-me o magistério do filósofo: o segredo da felicidade é fazer do seu dever o seu prazer.

Todos os dias, quando divisava, na chegada ao Congresso a concha cônica da Câmara rogando as bênçãos do céu e a convexa do Senado ouvindo as súplicas da terra, a alegria inundava meu coração. Era como ver a aurora, o mar, o canto do rio, ouvir os passarinhos.

Sentei-me ininterruptamente nove mil horas nesta cadeia, em 320 sessões, gerando até interpretações divertidas pela não saída para lugares biologicamente exigíveis. Somados as duas sessões, foram 17 horas diárias de labor, também no gabinete e na residência, incluídos sábados, domingos e feriados.

Político, sou caçador de nuvens. Já fui caçado por tempestades. Uma delas, benzefaze, me colocou no topo desta montanha de sonho e de glória. Tive mais do que pedi, cheguei mais longe do que mereci. Que o bem que os Constituintes me fizeram frutifique em paz, êxito e alegria para cada um deles.

Adeus, meus irmãos. E despedida definitiva, sem o desejo de reencontro. Nosso desejo é o da Nação: que este Plenário não abrigue outra Assembleia Nacional Constituinte. Porque antes da Constituinte, a ditadura já teria trancado as portas desta Casa.

Autoridades, Constituintes, Senhores e Senhoras.

A sociedade sempre acaba vencendo, mesmo ante a inércia ou antagonismo do Estado.

O Estado era Tordesilhas. Rebelião, a sociedade empurrou as fronteiras do Brasil, criando uma das maiores geografias do Universo.

O Estado, encarnado na metrópole, resignara-se ante a invasão holandesa no Nordeste. A sociedade restaurou nossa integridade territorial com a insurreição nativa de Tabocas e Guararapes, sob a liderança de André Vidalde Negreiros, Felipe Camarão e João Fernandes Vieira, que conchou a frase da preeminência da sociedade sobre o Estado: "Desobedecer a El-Rei, para servir a El-Rei".

O Estado capitulou na entrega do Acre; a sociedade retomou-o com as foices, os machados, e os punhos de Plácido de Castro e seus seringueiros.

O Estado autoritário prendeu e exilou; a sociedade, com Teotônio Vilela, pela anistia, libertou e repatriou.

A sociedade foi Rubens Paiva, não os fascinoras que o mataram.

Foi a sociedade, mobilizada nos colossais comícios das Diretas-Já, que pela transição e pela mudança, derrotou o Estado usurpador.

Termino com as palavras com que comecei esta fala: A Nação quer mudar. A Nação deve mudar. A Nação vai mudar.

A Constituição pretende ser a voz, a letra, a vontade política da sociedade rumo à mudança. Que a promulgação seja nosso grito: — Muda para vencer! Muda Brasil!